

Tradução do russo e edição por CN, 25.04.2015

(original em: <http://cccp-kpss.narod.ru/arhiv/soprobos/1988/vCK-1-12-88.htm>)

Carta ao Comité Central do PCUS

Tatiana Khabarova

1988

Mikhail Gorbatchov assegura incessantemente por toda a parte que, alegadamente, não existem alternativas à «*perestroika*» (tal como ele a entende), e que ninguém conseguiu propor algo diferente. Para não usar uma expressão mais forte, direi apenas que tal não corresponde à realidade. Existe tanto uma análise alternativa da situação geral no país, como um «*pacote*» alternativo de propostas concretas. (E isto no mínimo, uma vez que falo apenas por mim própria, outros poderiam falar por si).

Essas propostas são:

– O restabelecimento das formas de manifestação e acção das relações monetário-mercantis, *n o r m a i s* para o regime socialista, que respondem às suas leis objectivas profundas (a modificação socialista do valor, antes designada «*sistema de preços de duas escalas*»);

– O restabelecimento do princípio, adequado às leis objectivas do socialismo, da formação do rendimento da actividade produtiva proporcionalmente não aos fundos e recursos, mas ao trabalho vivo (isto é, a transferência do peso principal da formação do lucro destinado ao rendimento líquido centralizado do Estado para o preço, predominantemente, dos bens de consumo geral);

– O restabelecimento da política, igualmente *a d e q u a d a* às leis económicas objectivas do socialismo, de redução consequente dos preços, tanto dos preços na produção (grossistas), como no consumo (a retalho), à medida do aumento planificado da produtividade do trabalho e da redução do custo da produção;

– A utilização da redução planificada dos preços grossistas como alavanca económica de pressão sobre o produtor para a racionalização da gestão económica, da economia de recursos, busca de soluções científicas-técnicas progressivas;

– A deslocação do centro de gravidade dos estímulos aos trabalhadores das formas grupais-egoístas para as formas de incentivos sociais pelo seu carácter, entre as quais, a mais importante constitui o sistemático e sensível «*esmagamento*» dos principais preços a retalho, acompanhado do aumento da quantidade e elevação da qualidade das mercadorias colocadas à venda;

– O estabelecimento do princípio rigoroso e inviolável de que só pode ser considerada como rendimento líquido centralizado do Estado uma receita entrada no erário público e passível de ser redistribuída ulteriormente, a p ó s a venda real da mercadoria ao consumidor;

– O estabelecimento de um indicador igualmente rigoroso de redução dos custos de produção dos bens intermédios [destinados ao processo produtivo], a montante das sucessivas fases da cadeia produtiva; indicador que reflecta uma verdade económica simples: a de que, mediante uma gestão racional, a nova produção deve necessariamente r e d u z i r e não aumentar o peso dos custos do destinatário;

– O reforço, e não afrouxamento, das formas sociais de propriedade dos meios de produção e da organização do processo de produção, tanto na indústria como na agricultura.

O estudo isento da experiência histórica do nosso país mostra que, nas condições da propriedade socializada, a política de redução regular dos preços garante uma intensificação da produção no seu conjunto e constitui o análogo, pela profundidade e eficiência da sua acção, plenamente equivalente às forças de coerção económica, características dos sistemas de «mercado» contemporâneos. Deste modo, abrindo campo à tendência, natural ao socialismo, de abaixamento dos principais níveis de preços, poderíamos alcançar excelentes resultados no objectivo de repor a nossa produção social nos trilhos do desenvolvimento intensivo, sem recorrer à desnecessária e errónea na sua raiz «*reanimação*» na nossa economia das relações de propriedade privada, bem como às calamidades sociais a ela associadas, em primeiro lugar o desemprego.

Tudo isto se aplica plenamente à agricultura. Aqui o erro crucial não foi a colectivização, como hoje nos procuram convencer; o erro foi a deformação e a mutilação dos princípios cooperativos do regime kolkhoziano, entre segunda metade dos anos 50 e meados dos anos 60. Trata-se, em primeiro lugar, da imposição irreflectida e generalizada da maquinaria aos *kolkhozes*, transformando-os economicamente num poço sem fundo, onde «*se sumiram*» centenas de milhares de milhões de rublos do erário público, sem qualquer retorno económico palpável, além de que se criou aqui uma indestrutível «*ténia*» de subvenções. Em segundo lugar, esse erro foi a violação, em 1965, do princípio da remuneração do trabalho na agricultura em função do resultado final real, tal como do correspondente princípio de formação dos preços dos produtos agrícolas. Foi precisamente depois dessas «*inovações*» desastradas (e não depois da colectivização, camarada Gorbatchov!) que se criou uma situação em que quanto mais dificuldades tivesse a exploração, mais recebia pela sua produção. E as pessoas começaram a exigir remunerações não segundo o resultado real do trabalho, mas pelo simples facto de se terem apresentado para trabalhar. Assim, quando se falar da «*desruralização do campo*», deve-se dizer que não foi a colectivização que «*desruralizou*» o campo, mas a «*reforma económica*» de 1965.

Mikhail Gorbatchov afirma hoje que a resolução do problema agrícola, alegadamente, «*foi adiada, adiada*» ao longo de quase 50 anos. Mas será que se pode declarar tal coisa quando ainda está em vigor o Programa de Alimentos (o qual até hoje ninguém revogou), a par de outras iniciativas de grande envergadura sobre questões agrícolas, aprovadas pelo Plenário do CC do PCUS de Março de 1965; quando foram feitos investimentos gigantescos na produção agrícola sob a direcção de Leonid Bréjnev; quando se lançou a exploração das terras virgens e inúmeras outras acções de Nikita Khruchov, visando um «*crecimento acentuado*» da agricultura?

Com toda a evidência, não se trata aqui do «adiamento» de resoluções, mas exclusivamente do facto de que, durante três décadas, se tentou resolver o problema a partir de pressupostos claramente errados e ineficazes. Quanto ao potencial económico da organização kolkhoziana, em geral, ele é bastante grande e não está de longe esgotado.

A eliminação das referidas deformações, a principal das quais é a «*industrialização*» artificial da remuneração do trabalho dos kolkhozianos, bem como a política de preços irracional (não tem outro nome), que permite viver melhor quem pior trabalha; a eliminação de todas estas deformações permitir-nos-ia, provavelmente, corrigir com relativa rapidez a situação na frente alimentar, sem recorrer à ajuda do recém-aparecido «*agricultor socialista*», ou seja, o kulaque criado à pressa (o qual dentro em breve, naturalmente, precisará de jornaleiros).

A este propósito gostaria ainda de colocar uma questão ao camarada Gorbatchov. Muitas decisões, aparentemente boas e promissoras, em matéria agrícola foram tomadas quando já era um alto funcionário do partido, precisamente encarregado destes assuntos. O facto de todas essas decisões terem fracassado não se deverá à circunstância de a direcção superior do partido estar ocupada por pessoas que interiormente não acreditavam (e não acreditam) na vitalidade da exploração colectiva socialista da terra, esperando apenas «*a hora*» em que fosse possível atacar, com grande alarido, a «*colectivização stalinista*» e dedicarem-se a fundo à restauração da «*kulaquização*» do campo? Poderia uma pessoa que no seu íntimo considerava a exploração kulaque como a melhor estrutura organizativa do campo, aplicar de boa-fé a política de especialização e concentração da produção agrícola? E será que dirigentes **deste** tipo não são culpados de nada perante o povo e o partido? Apenas Stáline (que há mais de 35 anos não está no mundo dos vivos) é culpado de tudo? Que não havia nada de bom em nenhuma das resoluções, então adoptadas com os vossos sonoros aplausos (embora, seguramente, houvesse nelas algo de sensato; não eram uma estupidez completa). E se achavam que eram uma estupidez, porque as aprovaram?

Agora sucintamente sobre a «*alternativa*» na esfera política:

– Realização de uma reforma eleitoral não segundo o «*princípio*» chocante da substituição do **direito ao sufrágio universal, igual e directo pelo direito ao sufrágio não universal, desigual e indirecto**, mas, pelo contrário, através da remoção do nosso sistema eleitoral dos elementos ainda existentes de múltiplas etapas, de privilégios «*corporativos*» e outros tipos de desigualdade eleitoral;

– Desenvolvimento e aperfeiçoamento por todos os meios da democracia, e para isso, antes de mais, deve-se ter uma *compreensão* clara dos princípios do Estado soviético que constituem a sua «*especificidade*» objectiva e a sua vantagem histórica universal perante tipos anteriores de democracia, sobretudo perante a democracia parlamentar burguesa (o papel dirigente do partido proletário, nomeadamente na administração operacional da economia, a junção – e não «*divisão*»! – dos poderes legislativo e executivo);

– Aprofundamento nos seus diferentes aspectos e aplicação (isto é, a sua **institucionalização**) do programa apresentado pelo partido ainda no final dos anos 20 de desenvolvimento da **crítica de massas a partir de baixo (iniciativa individual crítica criativa)**, como modo objectivamente inerente ao socialismo de resolução das contradições do desenvolvimento social, estabelecimento do controlo da sociedade civil, em todos os níveis e campos, sobre o funcionamento das estruturas do

Estado, a superação da alienação do cidadão comum e do produtor «*de base*» em relação aos meios de produção socializados.¹

Precisamente um ano se passou desde que dirigi a Mikhail Gorbatchov o estudo teórico «*O culpado será o «stalinismo?»*»,² em que lhe fiz a seguinte sugestão: caso peçam a Gorbatchov que refira «*pelo menos alguns nomes*» daqueles que divergem categoricamente das suas ideias, então que refira o meu nome. Repito a minha sugestão; e ao mesmo tempo exprimo a minha profunda tristeza pelo facto de que toda a algazarra sobre a «*transparência*» e a «*democracia*» sirva para cobrir uma atitude tão rude e incivilizada para com o povo, para com o potencial intelectual das massas, para com a cidadania, para com o zelo dos cidadãos comuns soviéticos pelo Estado.

¹ Gostaria de recordar aqui que as propostas atrás referidas estão contidas, numa forma bastante desenvolvida, por exemplo, na minha «**Carta ao Secretário-Geral do CC do PCUS, L.I. Bréjnev e aos delegados do XXV Congresso do PCUS**» (Fevereiro de 1976) e, em particular, no documento «**Direcções Essenciais do Desenvolvimento Constitucional da URSS no período de transição para a segunda fase do Comunismo**» (Setembro de 1977), enviado a propósito do debate em curso nesse momento sobre o projecto de Constituição da URSS. Neste último documento (escrito há 20 anos, recorde) afirmava-se em particular:

«*Na base da inevitável reforma eleitoral que incumbe ao Estado soviético realizar jaz um princípio evidente, contra o qual não pode haver quaisquer objecções sensatas, uma vez que decorre naturalmente da lógica interna do poder popular socialista:*

– ***Todas as acções políticas de cívicas na formação dos órgãos de poder do Estado por via eleitoral devem constituir direitos individuais constitucionais dos cidadãos da URSS***». (Manuscrito citado, p. 37)

Mais adiante enumerava-se: o direito de qualquer cidadão da URSS politicamente apto de apresentar a sua candidatura a deputado; o direito de rejeição de um candidato a deputado; o direito de requerer a revocação de um deputado; o direito de iniciativa legislativa.

O documento, «*Direcções Essenciais do Desenvolvimento Constitucional da URSS no período de transição para a segunda fase do comunismo*», terminava com as seguintes palavras: «*Parece-me inútil explicar em concreto e demonstrar extensamente a natureza não conjuntural das considerações feitas neste trabalho; elas dizem respeito a questões que permanecem por resolver; e questões não resolvidas exigem que nos ocupemos delas. Publicar a quinta Constituição, “evitando” estas questões não resolvidas, em última análise, significará que terá de ser escrita uma sexta Constituição que as resolverá*». (p. 42)

Pois bem, já tivemos durante bastante tempo uma «*cópia*»: a «*Constituição do Socialismo Desenvolvido*», que vigora solenemente há 11 anos, e um código jurídico de muitos tomos, elaborado na sua base, o qual é hoje cinicamente declarado pelos seus próprios redactores como um «*palavreado jurídico*», onde quanto muito se poderão encontrar duas dezenas de leis «*genuínas*». (Cf. «*Como deve ser o Estado de Direito?*», *Literaturnaia Gazeta*, de 8 de Junho de 1988, p. 11).

Será que se confirma inteiramente o meu «*prognóstico*» sombrio, feito há 11 anos, de que, uma resolução efectiva dos nossos problemas jurídico-constitucionais, que corresponda às exigências actuais, só se alcançará depois uma sexta tentativa?

² Ver tradução portuguesa em http://www.hist-socialismo.com/docs/Khabarova_Carta_Aberta_%20Gorbatchov.pdf (N. Ed.)

Apenas rejeito resolutamente o rótulo de «*antiperestroika*», sob o qual, por alguma razão, por vontade própria «*se colocou*» o bondoso Ivan Timofeievitch Chekhovtsov.³

Sou uma cidadã soviética honesta, profundamente patriótica, partidária do socialismo e uma marxista-leninista convicta; para tudo o que começa com a palavra «*anti*» devem, no presente caso, procurar outros destinatários; e eles são mais do que suficientes!

Veja-se o que escreveu a *Literaturnaia Gazeta* recentemente: «*Agitação anti-soviética? Mas isso não é nenhum horror! Quem o desejar que o faça, nos locais previstos pela lei.*»⁴ Ou seja, o Estado soviético deverá destinar locais «*legais*» para... a agitação e propaganda anti-soviética. Basta de «*perestroika*», camarada Gorbatchov, já não há mais nada a dizer.

Aliás, a julgar pelos acontecimentos das últimas dias e semanas, aqueles que sentem uma paixão irresistível pela propaganda anti-soviética e anti-socialista não estarão lá muito de acordo convosco quando lhes designardes um local «*legal*» para as suas iniciativas. Eles próprios definirão não só o lugar e a hora, mas também a dimensão de tudo isso.

Solicito que dê conhecimento dos presentes documentos aos membros do Comité Central do PCUS (e não só aos funcionários do aparelho). É preciso que o Comité Central compreenda a necessidade de pôr termo ao fomento de mais um culto da personalidade, na realidade o mais vergonhoso de todos os que existiram no nosso país. É preciso, finalmente, ouvir a voz das pessoas (e serão seguramente muitas) que consideram que em vez de «*renunciar*» ao socialismo na URSS, às suas conquistas e à sua história (sem a qual o país não tem futuro), é mais sensato dispensar Gorbatchov do cargo de secretário-geral. E quanto mais depressa melhor. Não será demasiado elevado o preço que nos é exigido para que o senhor Reagan ou a senhora Thatcher, em sinal de aprovação, passem a mão pela melena de alguém que escuta as suas opiniões como se fossem a mais importante orientação política?

Tatiana Khabarova

Doutorada em Ciências Filosóficas

1 de Dezembro de 1988

Nota: Em anexo o manuscrito de 26 páginas, «*Porque criticamos Gorbatchov*».⁵

³ Ivan Timofeievitch Chekhovtsov (1926), combatente na II Guerra, formou-se em Direito, trabalhando durante 30 anos como procurador. No período da «*perestroika*» interpôs dezenas de acções em tribunal em defesa da verdade histórica e do bom nome de I.V. Stáline, tornando-se conhecido como o «advogado de Stáline». (N. Ed.)

⁴ Cf. M Liachenko, «*Olhar de frente o mal*», *Literaturnaia Gazeta*, de 21 de Setembro de 1988, p. 2.

⁵ A tradução portuguesa do texto «*Porque criticamos Gorbatchov*» será brevemente publicada em *Para a História do Socialismo – Documentos*. (N. Ed.)